

## PARECER DO CONTROLE INTERNO

**PROCESSO Nº:** 031/2023.

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico – Registro de Preços.

**INTERESSADA:** Prefeitura Municipal de Pacajá - PMP.

**OBJETO:** Contratação de empresas para fornecimento de materiais de construção para manutenção de bens imóveis, destinado ao atendimento de demandas da Prefeitura Municipal de Pacajá, Fundos municipais e Secretarias vinculadas.

**ASSUNTO:** Análise de Contratação Administrativa. Ata de Registro de Preços nº 026/2023. Empresa N. S. GUSMÃO JUNIOR EIRELI – CNPJ: 12.913.674/0001-66. Valor da contratação R\$ 1.236.109,10.

### I – RELATÓRIO.

Trata-se de Análise de Contratação Administrativa no qual o Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pacajá, requereu parecer sobre os procedimentos adotados para a contratação de empresas para fornecimento de materiais de construção para manutenção de bens imóveis, destinado ao atendimento de demandas da Prefeitura Municipal de Pacajá, Fundos municipais e Secretarias vinculadas, conforme solicitação, nos termos do que fora informado em despacho à esta Controladoria Interna.

### II – FUNDAMENTAÇÃO.

Em seu artigo nº 74, a Constituição Federal de 1988, estabelece as finalidades do sistema de Controle Interno, bem como a Lei Municipal nº 253/2005 PMP/PA, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas da Prefeitura Municipal de Pacajá, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentária-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia.

### III – DA DOCUMENTAÇÃO.

Foram apresentados os seguintes documentos para análise:

- 1) Solicitação de Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços;
- 2) Cópia da Ata de Registro de Preços nº 026/2023;
- 3) Documentos da empresa vencedora;
- 4) Solicitação de Disponibilidade Financeira;
- 5) Confirmação da Disponibilidade Financeira;
- 6) Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira;
- 7) Termo de Autorização do Ordenador de Despesas;
- 8) Portaria do Fiscal de contrato;
- 9) Parecer da Assessoria Jurídica do município;
- 10) Despacho para parecer do Controle Interno.

#### IV – DA ANÁLISE.

No processo de contratação do Processo Licitatório PE SRP 031/2023, consta o pedido de Contrato Administrativo, a ser firmado entre o PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJÁ, inscrito no CNPJ (MF) nº 22.981.427/0001-50, representado pelo Sr. ANDRE RIOS DE REZNDE, Prefeito Municipal de Pacajá, portador do CPF nº 046.817.211-40, e a empresa N. S. GUSMÃO JUNIOR EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) nº 12.913.674/0001-66, representada pelo Sr. NESTOR SANTOS GUSMÃO JÚNIOR, portador do CPF nº 874.968.102-82, no valor de R\$ 1.236.109,10 (um milhão, duzentos e trinta e seis mil, cento e nove reais e dez centavos), conforme Solicitação de Autorização e Ata de Registro de Preços nº 026/2023, em anexo.

#### V – CONCLUSÃO.

O Controle Interno do Município, em suas considerações, faz saber que, após exames dos atos procedimentais, e documentos colegiados aos autos, conclui-se, que nenhuma irregularidade foi levantada, entendendo que o procedimento de pedido de contratação encontra-se de acordo com a legislação vigente.

Por conseguinte, o contrato e o fluxo das despesas deverão ser executados fielmente pelas partes tanto do Ordenador de Despesas como do Fiscal do Contrato, respondendo cada, pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme estabelecido no art. 66 da Lei 8.666/93, devendo ainda, a Autoridade Superior que firmou contrato, ora analisado, determinar que seja ordenado o empenho do contrato ao setor de contabilidade.

A geração de despesa é de inteira responsabilidade do ordenador de despesas, eximindo qualquer culpa, dolo ou responsabilidade solidária por parte dos membros da controladoria deste município, a qual não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise, alheios aos autos do presente processo.

Por fim, ressaltamos que as informações elencadas e os documentos acostados aos autos deste processo, que serviram de base para análise e emissão de parecer desta Controladoria, são de responsabilidade e veracidade compartilhadas entre o Gestor da Prefeitura Municipal de Pacajá, Assessoria Jurídica, que emitiu parecer quanto a regularidade jurídica do certame e Pregoeira, este último a quem coube conduzir e gerenciar o processo a partir da sua atuação.

Desta feita, encaminhe-se os autos ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pacajá, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

Salvo melhor Juízo, é o Parecer.

Pacajá-PA, 26 de junho de 2024.

---

**GETÚLIO ZABULON DE MORAES**

*Controlador Interno*

Dec. 370/2022